

GABINETE DO DEPUTADO BETO FARO

O Plano *Mais Brasil*

Agricultura - Reforma Agrária e temas conexos
(meio ambiente e segurança alimentar)

Nota Técnica

Gerson Teixeira

Brasília em 15 de setembro de 2011

1. Considerações Gerais

O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional, no dia 31 de agosto, o Projeto de Lei nº 29/2011-CN, dispondo sobre a Proposta de Plano Plurianual (2012/2015), e o Projeto de Lei nº 28/2011-CN, com a proposta de Lei Orçamentária da União para 2012.

A proposta de PPA 2012/2-15 foi denominada Plano *Mais Brasil*, em referência ao pretendido foco da proposta para *mais desenvolvimento, igualdade e participação*.

As duas proposições revelam expectativas econômicas otimistas pelo governo, para os curto/médio prazos, em que pese o cenário de incertezas que paira sobre a economia mundial.

De acordo com o *Mais Brasil*, essas expectativas resultam das circunstâncias diferenciadas do país, *vis a vis* a maioria dos países do mundo. O governo avalia que o eventual agravamento do quadro econômico internacional influenciado pela lenta recuperação dos Estados Unidos e da União Européia poderá ter repercussões sobre a economia brasileira. Contudo, considera que o Brasil é um dos países em melhores condições de enfrentar uma deterioração do quadro internacional, já que possui uma situação fiscal sólida com baixo endividamento, reservas internacionais expressivas, instituições públicas atuantes e instrumentos econômicos ativos, já utilizados com êxito, inclusive, na crise de 2008.

Não bastasse, o país conta com uma base industrial diversificada, um setor agropecuário competitivo, imensas riquezas naturais e, nos anos recentes, ampliou sobremaneira o seu mercado doméstico, cuja pujança habilitaria o país a preservar o dinamismo econômico num contexto de retração dos mercados dos países desenvolvidos.

Com essas convicções, a proposta de PPA 2012/2015 está direcionada para a “preservação do padrão de desenvolvimento baseado no crescimento sustentado com inclusão social”. Para tanto, o governo considera como os maiores desafios a serem enfrentados:

- **A compatibilização das taxas de juros e câmbio com os objetivos de crescimento.** Neste caso, pretende-se a evolução desses preços para posição de simetria com os praticados nos demais países;
- **Ampliação das fontes de financiamento de longo prazo.** Neste caso, além de manter a forte atuação do BNDES, CEF e BB, o governo aposta no aprofundamento do mercado de capitais, e de crédito privado;
- **Aperfeiçoamento do sistema tributário.** Os alvos são a simplificação e a progressividade do regime tributário com os propósitos de estimular a produção e o investimento com a acentuação da dinâmica, em curso, de distribuição da renda;
- **Redução das desigualdades.** O *Mais Brasil* visa o aprofundamento do modelo de consumo e produção de massa, via políticas de transferência de renda, valorização do salário mínimo, expansão do emprego formal e inclusão produtiva;
- **Erradicação da pobreza extrema** por meio do *Brasil sem Miséria*;
- **Elevação dos investimentos/ampliação da oferta e eficiência da rede de infraestrutura,** com vistas a superar os gargalos enfrentados pelos setores produtivos em especial nas áreas de energia, transporte rodoviário, ferroviário, portos, aeroportos e nas condições de armazenagem;
- **Aproveitamento das oportunidades do pré-sal e fomento à inovação.** A grande aposta será a consolidação de uma cadeia produtiva de conteúdo nacional, além vigor às áreas de educação, ciência e tecnologia, saúde, meio ambiente e combate à pobreza.

Com os alvos estratégicos acima, a proposta de PPA prevê dispêndios da União, no período, entre os vários programas do *Mais Brasil*, da ordem de R\$ 5.4 trilhões, considerando as fontes: orçamento fiscal e da seguridade social (R\$ 3.7 tri), orçamento de investimento das estatais (R\$ 0.37 tri) e recursos extraorçamentários - renúncia fiscal, Fundos, parcerias com o setor privado, etc (R\$ 1.36 tri).

Esses recursos serão aplicados em programas temáticos (R\$ 4.53 trilhões, ou 83.6%), e programas de manutenção e serviços ao Estado.

No que tange aos programas temáticos, os recursos serão assim distribuídos:

- SUS – 28%
- Trabalho, Renda e Emprego – 22%
- Educação – 17%
- Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – 13%
- Agricultura Familiar – 8%
- Bolsa Família – 7%
- Demais, incluindo a reforma agrária – 5%

No cômputo geral, a área social consumirá 67% dos recursos dos programas temáticos. Para a área de infraestrutura serão canalizados 26%, com destaque para os programas: Moradia Digna (R\$ 389.7 bilhões); Petróleo e gás (R\$ 227.7 bilhões); e Energia elétrica (R\$ 177.2 bilhões).

A agropecuária tem peso singular no *Mais Brasil* que joga as fichas, com muitas chances de acerto, na manutenção, nos próximos quatro anos, da atratividade do mercado mundial para as commodities, em geral, e para as agrícolas, em especial. Nesses termos, o Plano projeta taxas de crescimento do PIB da Agropecuária em patamares acima das esperadas para o PIB geral e dos demais setores¹.

Consistente com os compromissos brasileiros relativos ao meio ambiente, a proposta do governo dá destaque para políticas de desenvolvimento da agricultura, com sustentabilidade.

Por exemplo, os Planos Agrícolas anuais, por meio do estímulo à Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), tentarão criar as condições de incentivos para que o aumento da produção agropecuária ocorra sem a necessidade de desmatamento e com a redução do uso de insumos químicos. Na verdade, serão mantidos programas já existentes

¹

	2012	2013	2014	2015
PIB	5.0	5.5	5.5	5.5
PIB AGROPECUÁRIA	6.2	6.7	6.2	6
PIB INDÚSTRIA	4.9	5.4	5.6	5.2
PIB SERVIÇOS	4.7	5.2	5.1	5.4

prevendo-se algum nível de expansão de projetos como: plantio direto na palha; fixação biológica do nitrogênio; integração lavoura-pecuária; plantio de florestas; e recuperação de pastagens degradadas. No conjunto, esses incentivos resultarão na redução de emissões que irão variar entre 127 a 140 milhões de toneladas de CO² eq, conforme estimativas do *Mais Brasil*.

Contudo, particularmente quanto à recuperação de pastagens degradadas a base trabalhada pelo Plano não ‘bate’ com a realidade. O Plano prevê a recuperação de 15 milhões de hectares, quando o IBGE informa que em todo o Brasil as pastagens degradadas envolvem área de 9.8 milhões de hectares². Em toda a Amazônia a área de pastagens degradadas não passa de 59.4 mil hectares de acordo com os resultados do Projeto TerraClass.

Quando se examina o *Mais Brasil* com o olhar para a agropecuária, se observa iniciativas de incentivo a sistemas agroalimentares, ambientalmente amigáveis e socialmente mais equilibrados.

Obviamente tais medidas não rivalizam com a robustez do instrumental de apoio para o agronegócio que somente para o crédito contará com um salto na oferta anual de recursos, de R\$ 107.2 para R\$ 140.5 bilhões. A cobertura pelo seguro rural para o agronegócio expandirá da área de 6,7 milhões para 30 milhões de hectares e o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural crescerá de 56 mil para 250 mil.

Sob esse segmento recaem grandes expectativas na geração de divisas externas e, por via de consequência, na manutenção de superávits na balança comercial e no enfrentamento da tendência de deterioração das transações correntes do país.

De todo o modo, ainda que nas franjas do plano, os esforços pelo avanço das agroecologias/agricultura orgânica são relevantes e expõem dualidade que reflete quadro de disputas internas no governo entre esses setores e os segmentos comprometidos com a expansão do agronegócio.

Nesse contexto, ao tempo em que constatamos no *Mais Brasil* metas de ampliação do regime de proteção de cultivares (de 110 para 150 novas espécies), e de incentivos aos

OGMs, observamos, também, metas para a implantação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas de ‘variedades crioulas’, e para o atendimento de 500.000 famílias com crédito para sistemas de produção de base ecológica e orgânica. Neste caso, em que pese a falta de previsão para a necessária diferenciação das bases e condições operacionais do crédito, iniciativa sem a qual se imporão severas restrições.

Alguns objetivos e metas na área ambiental também geram controvérsias. É meritória a meta de incorporação de 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação que deverá potencializar problemas coronarianos em algumas lideranças ruralistas. Estes, contudo, aplaudirão o compromisso de concessões de 3.000.000 hectares de florestas públicas no bioma Amazônia.

Além disso, as pressões das entidades ambientalistas desengajadas de alvos sociais e estratégicos para o país e, para o desenvolvimento da Amazônia, em especial, levaram o MMA a se comprometer com a aprovação do marco legal do mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD), e assim, em linha com grandes especuladores fundiários, homologando o viés mercantil dos instrumentos de enfrentamento das mudanças climáticas. Mais preocupante, pelas implicações subjacentes: o MMA pretende articular a participação indígena nos processos de discussão e regulamentação do REDD+ e de outros mecanismos relacionados a mudanças climáticas.

Merece destaque positivo na proposta de PPA, o forte recorte de gênero nas políticas para a agricultura familiar. Para vários desses instrumentos são previstas quotas para o acesso de mulheres trabalhadoras rurais, o que seria desnecessário num ambiente institucional de simetrias de direitos. O efeito colateral desse recorte é o potencial de situações perturbadoras nas famílias. Afinal, pelas regras do Pronaf, por exemplo, o crédito a uma mulher implica na negação ao homem enquanto aquele não for liquidado.

De forma bastante positiva, também, o *Mais Brasil* pretende preservar e agregar direitos para indígenas e quilombolas, em contraste com as estratégias dos ruralistas.

Pelos dados da proposta de PPA teremos *menos reforma agrária* no *Mais Brasil*.

² A não ser que estejam sendo computadas, mais de uma vez, as mesmas áreas em função do cronograma de recuperação, o que não está explicitado no Plano.

As metas propostas para o programa não autorizam opções estratégicas pela massificação com novos assentamentos. Tampouco, pela revitalização dos assentamentos implantados. O primeiro caso fica patente com a meta fixada: 200 mil famílias para os quatro anos. Da mesma forma, as obtenções onerosas estão limitadas a 1 milhão de hectares. O PPA vigente estabeleceu como meta, de 2008 a 2011, a obtenção de 2.867.692 hectares.

O *Mais Brasil* propõe a criação de 800 projetos de assentamento entre 2012 e 2015. De acordo com o **Relatório de Execução Física do Incra 1995/2010**, nos três primeiros anos do PPA vigente foram criados 829 projetos de assentamentos.

No segundo caso, cite-se como exemplo: a proposta de PPA firma a meta de construção e /ou reforma, de 120 mil casas. A fonte anterior informa que nos três primeiros anos do PPA vigente foram construídas e/ou reformadas 166.037 casas. O Plano também pretende atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação. Nos últimos três anos a meta realizada foi de 375.387 famílias segundo a mesma fonte.

2. A Proposta do Texto

Nesta Nota Técnica identificamos o que julgamos como os principais objetivos e metas dos programas para a agricultura e a reforma agrária, e programas vinculados no tema ambiental e da segurança alimentar.

A proposta original era a de estabelecer o quadro comparativo das principais metas do *Mais Brasil* com as suas equivalentes no PPA vigente.

Contudo, além do tempo excessivo demandado para tal, a nova proposta de PPA criou dificuldades (mas não inviabiliza) para esse confronto por conta das mudanças metodológicas introduzidas.

Em particular, houve a redução substancial no número de programas o que levou ao adensamento de ações nos ‘poucos programas’ restantes.

Assim, tentamos esse exercício apenas para as algumas metas do programa de reforma agrária. Para os demais programas nos restringimos a identificar os correspondentes objetivos e metas fixadas na proposta em apreço. De todo o modo, essa identificação facilitará, aos interessados nos temas específicos, a pesquisa das ambições correspondentes para os próximos quatro anos, comparativamente ao que foi planejado ou executado entre 2008/2011.

Na sequência divulgaremos análise sobre a proposta orçamentária da União, para os temas em apreço, para o exercício 2012

3. As Previsões do *Mais Brasil*

Um resumo das previsões do *Mais Brasil* para os Programas relacionadas às temáticas objeto deste documento mostra o seguinte:

PROGRAMA: Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária dotações de 11 R\$ bilhões

OBJETIVO1: Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

METAS:

Assentar 200 mil famílias. Nos três primeiros anos do PPA vigente foram assentadas 165.134 famílias (Fonte: Execução Física do Incra 1995/2010)

Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher. Essa meta é inferior à realizada nos 3 primeiros anos do PPA vigente 2008/2009/2010 = 375.387 famílias (Fonte: idem)

Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água. Nos três primeiros anos do PPA vigente, 55.656 famílias tiveram acesso a sistema de abastecimento de água (Fonte: idem)

conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria

Construir e/ou reformar 120 mil casas. Nos três primeiros anos do PPA vigente foram construídas e/ou reformadas 166.037 (Fonte: idem)

Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas. Nos três primeiros anos do PPA vigente foram construídos/reformados 19.634 Km (Fonte: idem)

Criar 800 projetos de assentamento. Nos três primeiros anos do PPA vigente foram criados 829 projetos (Fonte: idem)

Obter 1 milhão de hectares. O PPA vigente estabeleceu como meta, de 2008 a 2011, a obtenção de 2.867.692 hectares (Fonte: PPA 2008/2011). Essa previsão de área se refere às obtenções não onerosas. Ainda assim, a redução das previsões de obtenção, para a média anual de 250 mil hectares, é substancial. Nos três primeiros anos do PPA que está em vigor (2008/2009/2010) a área obtida, de forma onerosa e não onerosa, totalizou 6.436.231 hectares

Promover articulação para a construção e reforma de postos de saúde, com prioridade para os 946 projetos de assentamento com mais de 200 famílias

Promover articulação para a construção e reforma de prédios escolares, com prioridade para os 946 projetos de assentamento com mais de 200 famílias

Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos. Nos três primeiros anos do PPA vigente foram protocoladas 3.370 licenças (Fonte: idem)

OBJETIVO2: Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

METAS:

- Apoiar o acesso ao PRONAF, ampliando o número de contratos para 60% das famílias assentadas
- Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização
- Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso
- Construir instrumentos de priorização dos grupos produtivos de mulheres no Programa Terra Sol
- Elaborar diagnóstico nacional sobre a participação das mulheres da reforma agrária na economia dos projetos de assentamento
- Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento

OBJETIVO3: Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural

METAS:

- Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de ha
- Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária. *Nos três primeiros anos do PPA vigente foram regularizados 117.845 imóveis (Fonte: Execução Física do Incra 1995/2010)*
- Georreferenciamento de 4 milhões de ha
- Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal
- Identificar, cadastrar e georreferenciar 104 mil estabelecimentos agropecuários e domicílios dentro dos 57 milhões de ha de terras públicas federais remanescentes, localizadas na Amazônia Legal - Terra Legal
- Promover a regularização e a ratificação de 200 mil títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal
- Regularização fundiária de 49 milhões de ha de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal – Terra Legal
- Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares (imóveis acima de 15 módulos fiscais)

OBJETIVO4: Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

METAS:

- Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) em conjunto com a Receita Federal do Brasil
- Disponibilizar aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais 120 mil polígonos de imóveis rurais através do acervo fundiário digital do INCRA, mediante: a. Inserção no banco de dados geográfico do INCRA de limites de imóveis rurais particulares e áreas públicas georreferenciadas e certificadas;
- Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR). *Somente em 2010, cerca de 3,1 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIRs) foram emitidos (Fonte: Jornal do Incra – Dez/2010 nº 02)*
- Fiscalizar a aquisição e o arrendamento de terras por estrangeiros em todo o território nacional, com ação cadastral prioritária em imóveis adquiridos por pessoas, inclusive brasileiras com capital estrangeiro (Em áreas acima de 20 módulos de exploração indefinida)
- Implantar um Serviço de Certificação de Imóveis Rurais automatizado, acessível através da rede mundial de computadores, mediante: (I) Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações tabulares; (II) Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações geográficas
- Levar a presença da Rede Nacional de Cadastro Rural para 60% dos municípios jurisdicionados em cada Unidade da Federação, com prioridade para aqueles com maior densidade de imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)
- Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), agregar valor e massificar seu acesso e o dos dados do Acervo Fundiário Nacional à população
- Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)
- Realizar a fiscalização cadastral de imóveis rurais, elegendo preferencialmente aqueles cuja área ultrapassa a 15 módulos fiscais, verificando a legalidade do domínio e o cumprimento da função social e classificando os imóveis
- rurais

OBJETIVO5: Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

METAS:

- Ampliar as iniciativas de articulação interinstitucional para a construção de creches e escolas de educação básica (infantil, fundamental e média) nos assentamentos
- Manter 10.000 alunos em processo de alfabetização e ou escolarização anualmente
- Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente
- Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada...
- Implantar 3.200 bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária
- Promover articulações com o objetivo de captar investimentos em equipamentos esportivos e desenvolvimento do esporte, com prioridade para os assentamentos com mais de 200 famílias
- Promover articulações com o objetivo de contemplar, nas iniciativas de prevenção e assistência integral à saúde, ações específicas direcionadas ao público da reforma agrária
- Promover articulações com o objetivo de inscrever nos editais de fomento e difusão cultural ações específicas destinadas ao público da reforma agrária

OBJETIVO6: Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e à miséria.

METAS:

- Implementar o cadastramento das famílias acampadas para fins de inclusão nas políticas públicas
- Reduzir o número de mortes decorrentes de conflitos agrários, por meio da mediação e prevenção de tensão social no campo

OBJETIVO7: Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário ...

META: Beneficiar 80 mil famílias com crédito fundiário

PROGRAMA AGRICULTURA FAMILIAR

Contará com recursos da ordem de R\$ 93.7 bilhões, de 2012 a 2015. Os principais objetivos associados a esse programa, com as principais metas, são os seguintes:

OBJETIVO1: Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

METAS:

- Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF)
- Ampliar o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, beneficiando pelo menos 35% de mulheres rurais
- Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar
- Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria
- Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar

- Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas
- Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais
- Financiar 100 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos
- Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo
- Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar

OBJETIVO2: Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

METAS:

- Atender 3 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar com metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural para produção, organização, gestão e comercialização
- Capacitar 17.292 conselheiros municipais de desenvolvimento rural sustentável, envolvidos na operacionalização do Garantia Safra, como agentes de controle social das políticas públicas Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com monitoramento e avaliação para 750.000 agricultores familiares que acessam o microcrédito
- Contratação de serviços de ATER para 15 mil famílias indígenas, com recorte específico para este público
- Contratação de ATER para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária

- Contratação de serviços de ATER para atendimento a 10 mil famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco, para a diversificação da produção
- Contratação de serviços de ATER para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria
- Contratação de serviços de ATER para atendimento a 50 mil famílias extrativistas para realização de atividades de manejo florestal e implantação de agricultura de baixo carbono
- Contratação de serviços de ATER para o atendimento a 500 mil famílias de agricultores familiares, assentados, povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de processos de produção de base ecológica e acesso a mercados agroecológicos e orgânicos
- Contratação de serviços de ATER para o atendimento a 50 mil jovens rurais
- Contratação de serviços de ATER) para o atendimento a 600 mil famílias utilizando a metodologia do Pronaf sustentável
- Incentivar as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS) a destinarem vagas exclusivas para estudantes quilombolas
- Prestar serviços de ATER qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais
- Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres

OBJETIVO3: Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

METAS:

- Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais
- Apoiar a adequação das legislações sanitária, tributária, fiscal e previdenciária para atendimento das especificidades da agricultura familiar e revisão/elaboração de instrumentos legais relacionados
- Implantar compra mínima de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diretamente da agricultura familiar em 100% do território nacional, com 60% das capitais comprando conforme o artigo 14 da Lei 11.947/09 de agricultores familiares do próprio estado
- Inserir 25.000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis

OBJETIVO4: Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

METAS:

- Atender 1.500 organizações com políticas integradas de ATER, crédito, comercialização e gestão
- Atender 3.200 organizações produtivas de mulheres com ATER Setorial para Mulheres
- Atender 70 mil mulheres com o Pronaf Mulher
- Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres Rurais
- Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as Mulheres

OBJETIVO5: Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à

sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação

METAS:

- Articular a inserção do conteúdo da Agroecologia na educação formal e informal
- Cadastrar 25.000 agricultores e agricultoras familiares no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG)
- Consolidar um banco de informações sobre a produção orgânica e de base ecológica no Brasil, com dados desagregados por sexo
- Elaborar e implementar a Política Nacional de Agroecologia e de Agricultura Orgânica
- Garantir o atendimento de 200 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica
- Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais

PROGRAMA AGRICULTURA IRRIGADA

Sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, contará com recursos da ordem de R\$ 5.5 bilhões

OBJETIVO1: Reformular o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Plano Diretor Nacional de Irrigação e reestruturar a gestão da agricultura irrigada em articulação com as políticas públicas afins.

METAS:

- Cadastrar 100% dos irrigantes do setor privado
- Cadastrar e manter os dados de 100% dos irrigantes de projetos públicos de irrigação
- Elaborar e aprovar novo marco legal da Política Nacional de Irrigação
- Implantar o Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada e seu Grupo Executivo

- Implantar o Conselho Consultivo para a agricultura irrigada
- Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada

OBJETIVO2: Aperfeiçoar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.

METAS:

- Disponibilizar R\$ 4 bilhões para linhas de crédito destinadas a Agricultura Irrigada

OBJETIVO3: Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

METAS:

- Consolidar 05 redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças
- Implantar 25 projetos demonstrativos em irrigação e drenagem

OBJETIVO4: Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação

METAS:

- Construir infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação
- Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação
- Implementar a regularização fundiária de 61 projetos públicos de irrigação
- Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 97.737 ha

OBJETIVO5: Promover a capacitação para a Agricultura Irrigada em parceria com instituições governamentais, não-governamentais e da iniciativa privada.

METAS: Capacitar 20.000 irrigantes para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem

PROGRAMA AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO - Disporá de dotações de R\$ 211.9 bilhões

OBJETIVO1: Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

METAS:

- Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de 2.148,0 para 2.792,4 mil toneladas
- Elevar o índice de disponibilidade de armazenagem de 0,85 para 1,2 da produção agropecuária nacional

OBJETIVO2: Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado

METAS:

- Ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície de 465 para 965 estações

- Digitalizar o acervo de 12 milhões de documentos de registro de dados disponíveis apenas em papel

OBJETIVO3: Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

METAS:

- Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 30 milhões de hectares
- Ampliar de 56 mil para 250 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR)
- Manter abaixo de 20%, a cada ano-safra, o referencial do número de perdas de lavouras de milho e soja causadas por adversidades climáticas em relação ao total de seguros contratados

OBJETIVO4: Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

METAS:

- Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de Reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor Agropecuário
- Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)

OBJETIVO5: Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

METAS:

- Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé
- Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários do Funcafé

OBJETIVO6: Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

METAS:

- Capacitar 500 técnicos e 100.000 produtores rurais para ampliação de áreas com florestas plantadas para fins comerciais, no contexto do Plano ABC, incluindo a heveicultura
- Capacitar 8.000 técnicos do setor e 250.000 produtores rurais, em práticas e sistemas conservacionistas de produção agropecuária sustentável, conforme previsto no Plano ABC
- Elaborar Programa de Zoneamento de Pastagens na Amazônia Legal, no contexto do Plano ABC
- Implantar 900 Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável, previstas no Plano ABC
- Implantar e reativar 2.000 viveiros de mudas de espécies florestais nativas e exóticas, visando atender às demandas do Plano ABC
- Mapear as áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo por UF, no contexto do Plano ABC
- Promover a elaboração de 15 Planos de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono nos Estados, conforme previsto no Plano ABC

OBJETIVO7: Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas

produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

METAS:

- Ampliar de 8.000 para 28.000 o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial
- Capacitar 40.000 produtores e 20.000 técnicos do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou mecanismos de controle da qualidade orgânica
- Capacitar 8.000 técnicos e produtores em bem-estar animal, 40.000 em produção integrada agropecuária e 80.000 em qualidade e segurança do leite e da carne
- Consolidar a formação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes
- Elaborar Projeto de Lei sobre Produção Agropecuária Sustentável
- Implantar 100 unidades comparativas entre produção integrada agropecuária
- Implantar a Comissão Nacional da Produção Orgânica e garantir o funcionamento das 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação
- Instituir a Política Nacional de Agricultura Orgânica
- Publicar 15 normas técnicas específicas de produção integrada agropecuária e 3 manuais bem estar animal
- Tornar acessível 250 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção para os produtores rurais

OBJETIVO8: Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

METAS:

- Adquirir 8.500 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais
- Apoiar 10.000 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário
- Apoiar a formação de consórcios entre cooperativas e agroindústrias em 20 cadeias produtivas do agronegócio
- Certificar 6.000 unidades armazenadoras que prestam serviços remunerados a terceiros (por CNPJ e capacidade estática)
- Elaborar o Plano Nacional de Armazenagem
- Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda
- Promover a capacitação técnica ou gerencial de 3.200 pessoas pertencentes aos quadros de cooperativas e associações rurais

OBJETIVO9: Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária

METAS:

- Capacitar 4.000 produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica em produção agroenergética
- Modernizar duas unidades artesanais de extração de óleo de dendê
- Organizar 30 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas
- Promover a implantação de 10.000 ha de dendezaís
- Promover a renovação de 6.000 ha de dendezaís

PROGRAMA DEFESA AGROPECUÁRIA – Consumirá R\$ 1.3 bilhão

OBJETIVO1: Promover a sanidade na agropecuária.

METAS:

- Ampliar de 470mil para 600 mil hectares a área controlada de Vassoura de Bruxa nos cacauais
- Elaborar 100 planos de contingência sobre as principais ameaças de pragas e doenças
- Erradicar a Mosca da Carambola do território nacional
- Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos
- Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa
- Realizar 235 campanhas de conscientização de usuários do transporte aéreo internacional

OBJETIVO2: Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA

METAS:

- Capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do SUASA
- Implantar um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária
- Implementar Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA)
- Promover a adesão de 1.110 municípios ao SUASA
- Promover a adesão de todos os Estados e o Distrito Federal ao SUASA

OBJETIVO3: Promover a qualidade dos insumos agropecuários

METAS:

- Aumentar de 4.408 para 5.116 as fiscalizações de produtos de uso veterinário
- Aumentar de 4475 para 5345 o número de fiscalizações anuais na área de alimentação animal
- Aumentar o número de fiscalizações de 1236 para 1484 de atividades com Organismos Geneticamente Modificados
- Construir um índice de risco dos insumos agrícolas

- Desenvolver e promover a adesão de 440 estabelecimentos produtores de insumos agrícolas às Boas Práticas de Fabricação

**PROGRAMA DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL
SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA – dotações de R\$ 43.2 bilhões**

OBJETIVO1: Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial (**Ministério da Integração**)

METAS:

- Elaborar 19 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional
- Reformular e aprovar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento Regional

OBJETIVO2: Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

METAS:

- Avaliar anualmente o desempenho do FINAM e FINOR
- Avaliar anualmente o desempenho dos Fundos de Desenvolvimento Regional
- Avaliar anualmente o desempenho dos incentivos fiscais na Amazônia e Nordeste
- Avaliar semestralmente o desempenho das aplicações dos Fundos Constitucionais de Financiamento

OBJETIVO3: Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial (MMA)

METAS:

- Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado

- Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico em pelo menos 10 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal

OBJETIVO4: Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural (MDA)

METAS:

- Atender 280 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas
- Criar e implementar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural

OBJETIVO5: Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social.....consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural (MDA)

METAS:

- Apoiar 165 territórios rurais existentes e respectivos colegiados
- Apoiar a gestão de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável
- Articular 200 processos de Agenda 21 junto aos colegiados territoriais
- Capacitar ou formar 80.000 agentes de desenvolvimento
- Criar mecanismos de garantia da participação de povos e comunidades tradicionais nos colegiados territoriais e outras instâncias colegiadas
- Reconhecer 160 novos territórios rurais

OBJETIVO6: Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais (MDA)

METAS:

- Apoiar 920 projetos estratégicos de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas
- Apoiar a organização produtiva de 5.600 empreendimentos econômicos solidários, sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres
- Capacitar 2.000 novos agentes de promoção de redes socioprodutivas solidárias nos territórios
- Estruturar 01 rede nacional de 200 Bases de Serviços Técnicos e apoiar diretamente, por meio de seus componentes, 500 empreendimentos associativos
- Organizar e estruturar 280 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres

OBJETIVO7: Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural (MDA)

METAS:

- Apoiar 3.135 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais
- Beneficiar 2.155 municípios com até 50.000 habitantes com máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais
- Garantir o acesso a políticas públicas de apoio à infraestrutura para 680 organizações de mulheres, beneficiando 10.200 trabalhadoras rurais

OBJETIVO8: Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial...(MDA)

METAS:

- Articular a realização de pesquisa de Amostra Nacional para conhecer a demanda por documentação
- Emitir gratuitamente 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais
- Garantir a obrigatoriedade da participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias colegiadas de 280 colegiados territoriais

- Realizar 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais
- Realizar campanha nacional de mobilização

**PROGRAMA: FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO
DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS**

Disporá de dotações da ordem de R\$ 5.9 bilhões

OBJETIVO1: Promover a queda contínua do desmatamento ilegal...

METAS:

- Implementar ações de fiscalização em 248 Unidades de Conservação federais

OBJETIVO2: Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, em articulação com os órgãos do SISNAMA

METAS:

- Apoiar 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável
- Firmar acordos de cooperação técnica para a gestão florestal compartilhada com as 27 unidades da federação
- Autorizar manejo sustentável de uso múltiplo em 400.000 hectares
- Implementar o inventário florestal nacional em 27 unidades da federação
- Elaborar programas florestais em 27 unidades da federação

OBJETIVO3: Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas APPs e RLs, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.

METAS:

- Promover a recuperação de 20 milhões de hectares de APP e RL
- Instituir plano nacional de recuperação de áreas degradadas e restauração da paisagem

- Implementação de Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) e elaboração e execução do Plano Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas

OBJETIVO4: Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento (MMA)

METAS:

- Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura, carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental
- Propor instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais em áreas críticas para a prevenção e controle do desmatamento

OBJETIVO5: Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais

METAS: Conceder 3.000.000 hectares de florestas públicas no bioma Amazônia

OBJETIVO6: Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal...

METAS:

- Disponibilizar acesso ao crédito florestal a 250 mil pequenos produtores rurais
- Ampliar a área de florestas plantadas em 6 milhões de hectares
- Ampliar em 600 mil hectares as florestas plantadas com espécies nativas
- Ampliar em 1 milhão de hectares das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor Industrial

OBJETIVO7: Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais (MCT&I)

METAS:

- Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território Nacional
- Implementar o módulo online de emissão de autorizações de queima controlada do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo)
- Implementar sistemas de monitoramento de áreas embargadas

PROGRAMA: INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA

Dotações de R\$ 2.3 bilhões

OBJETIVO1: Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira com o uso racional dos recursos naturais (MAPA)

METAS:

- Desenvolver plataforma funcional de validação de novos genes (Programa ABC)
- Estabelecer 2 (dois) cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
- Executar uma carteira de P&D e TT com, em média, 750 projetos ao ano
- Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para suporte à agricultura familiar e à sustentabilidade do meio rural

OBJETIVO2: Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaeiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia (MAPA)

METAS:

- Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacaueiras
- Incrementar a produtividade de cacau de 360 Kg/ha para 480 Kg/ha das regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia

OBJETIVO3: Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária (MAPA)

METAS:

- Implantar a unidade Embrapa Quarentena Vegetal (DF)
- Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através da formação de Profissionais em nível de pósgraduação, beneficiando 88 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico
- Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs via cursos de curta duração, beneficiando 5.550 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico

OBJETIVO4: Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia (MAPA)

METAS:

- Ampliar de 5.300 para 7.000 o número de produtores associados em organizações nas regiões cacaueiras
- Ampliar de 53 mil para 70 mil o número de produtores atendidos por ATER nas regiões cacaueiras
- Ampliar de 649,4 mil ha para 696,4 mil ha a área assistida de cacau, dendê e seringueira

OBJETIVO5: Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários (MAPA)

METAS:

- Ampliar de 1658 para 2298 o número de cultivares protegidas
- Aprovar o Plano de Ações Estratégicas de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação – RGAA
- Aumentar de 110 para 150 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares
- Cadastrar 100 empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão
- Capacitar 3.000 técnicos do setor em temas de inovação no âmbito do SNPA
- Implementar 12 projetos com foco em inovação no agronegócio (Propriedade Intelectual, Biotecnologia, Agricultura de Precisão-AP, Recursos Genético

PROGRAMA MUDANÇAS CLIMÁTICAS – dotações de R\$ 2 bilhões

OBJETIVO1: Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades (MCT&I)

META: Desenvolver o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo

OBJETIVO2: Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas...

METAS:

- Criar uma plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas

- Elaborar o Plano de Ação da Rede Brasileira de Mudanças Climáticas

OBJETIVO3: Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas...(MMA)

METAS:

- Aprovar marco legal do mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD)
- Atualizar o Plano Nacional Sobre Mudança do Clima
- Fomentar a execução de 40 projetos e 20 empreendimentos que promovam a adaptação e mitigação às mudanças climáticas
- Implementar o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis

PROGRAMA PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS – dotações de R\$ 3.7 bilhões

OBJETIVO1: Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados...(MJ)

METAS:

- Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento
- Delimitação de 56 terras indígenas
- Estudos e localização de 8 novas referências de povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas
- Homologação da demarcação de 40 terras indígenas
- Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas
- Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas
- Regulamentação do poder de polícia da FUNAI

- Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas...
- Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento
- Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas
- Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira
- Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas
- Desenvolvimento, implantação e disponibilização de Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas
- Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras
- Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas, com incremento de 30% das terras indígenas fiscalizadas sistematicamente

OBJETIVO2: Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas.....(MJ)

METAS:

- Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas
- Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena
- Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas
- Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Khraô, Paresi e Xavante

- Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda
- Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas
- Implementar 5 Centros de Formação Indígena
- Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para
- Regulamentar a atuação da FUNAI como interveniente no componente indígena dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos
- Regulamentar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável

OBJETIVO3: Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas.....

METAS:

- Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento
- Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios, desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados
- Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas
- Instituição de acordo de cooperação que garanta o respeito às formas de nomenclatura próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país
- Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica, distribuída em aldeias com déficit de produção, por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena

PROGRAMA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Dotações de R\$ 13.3 bilhões

OBJETIVO1: Institucionalizar o SISAN e seus mecanismos de gestão.....(MDS)

METAS:

- Adesão de todos os estados e do Distrito Federal ao SISAN
- Adesão de 3.339 Municípios ao SISAN
- Implementação do SISAN nos estados, Distrito Federal e municípios através da (i) instituição dos Fóruns de Pactuação, (ii) elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e (iii) apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional

OBJETIVO2: Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos.....

METAS:

- Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a garantir o atendimento integral de pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico)
- Implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana
- Promover a integração dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) com outras políticas territoriais estimuladas pelo Governo Federal, com vistas a fomentar e estruturar sistemas públicos agroalimentares

OBJETIVO3: Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.....

METAS:

- Criar os serviços de pesquisa e extensão em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar os setores governamentais no aprimoramento e integração das ações em nível local
- Criar protocolo de ações de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias beneficiárias dos Programas Socioassistenciais, integrando as redes e equipamentos públicos e instituições que compõem o SISAN
- Incluir ações de Educação Alimentar e Nutricional nos planos político pedagógicos das escolas
- Inserir a promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social
- Publicar o marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas, respeitando as práticas alimentares dos Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais

OBJETIVO:4 Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

METAS:

- Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas
- Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes
- Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos
- Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 57% dos agricultores participantes enquadrados nos Grupos A, A/C e B do PRONAF

- Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C e B do PRONAF
- Expandir a execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos estados da Região Norte e Nordeste para 60% do total executado

OBJETIVO5: Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional (MDS)

METAS:

- Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais
- Criar intercâmbio de experiências e tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, para apoio no nível internacional de ações de acesso à água
- Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região
- Norte
- Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais
- Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730.000 famílias da zona rural do semiárido brasileiro

OBJETIVO6: Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda (MDS)

METAS:

- Apoiar 800 iniciativas de estruturação da produção familiar e de suas organizações coletivas, em áreas rurais e periurbanas

- Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais
- Elaborar política, marcos legais e instrumentos normativos visando a estruturação da produção dos agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito